



Número: **0808625-27.2024.8.19.0007**

Classe: **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Barra Mansa**
Última distribuição : **04/09/2024**
Valor da causa: **R\$ 32.493.316,39**
Assuntos: **Concurso de Credores, Administração judicial**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SOBEU - ASSOCIACAO BARRAMANSENSE DE ENSINO (REQUERENTE)		VICTOR GOULART DE CARVALHO (ADVOGADO)	
JULIO MATUCH DE CARVALHO (ADMINISTRADOR JUDICIAL)			
MUNICIPIO DE BARRA MANSA (INTERESSADO)			
ESTADO DO RIO DE JANEIRO (INTERESSADO)			
CONFEDERACAO INTERESTADUAL DAS COOPERATIVAS LIGADAS AO SICREDI (INTERESSADO)			
ADVOCACIA GERAL DA UNIAO (INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
155068428	07/11/2024 20:44	Plano de Recuperação Judicial SOBEU	Outros documentos



**Plano de Recuperação Judicial da SOBEU - ASSOCIAÇÃO
BARRAMANSENSE DE ENSINO (“SOBEU”),
mantenedora da UBM – CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRA
MANSA (“UBM”) e COLÉGIO UBM (“COLÉGIO UBM”)**

RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº 0808625-27.2024.8.19.0007

DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO	2
OBJETIVOS DO PLANO	7
VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA E OPERACIONAL DA RECUPERANDA	8
DIAGNÓSTICO DA RECUPERANDA	9
RAZÕES DA CRISE FINANCEIRA	13
SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL	17
MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	22
REESTRUTURAÇÃO DO PASSIVO - PLANO DETALHADO DE PAGAMENTO	40
OUTRAS CONSIDERAÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO DE DÍVIDA	45
EFEITOS DO PLANO	48
DISPOSIÇÕES FINAIS	50
CONCLUSÃO	52



1. Definições e Regras de Interpretação:

1.1. **Definições:** Os termos e expressões utilizados, sempre que mencionados no Plano, terão os significados que lhes são atribuídos nesta Cláusula 1ª. Tais termos definidos serão utilizados, conforme apropriado, na sua forma singular ou plural, no gênero masculino ou feminino, sem que, com isso, percam o significado que lhes é atribuído.

1.1.1. **Administrador Judicial:** É o Dr. Júlio Matuch de Carvalho, sócio do escritório de advocacia Matuch de Carvalho Advogados Associados, com endereço à Av. Almirante Barroso, 52 – Grupo 2002, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20031-917, telefone: (21) 2544-0989, site: <http://mcaa.adv.br/index.php/administracao-judicial/>, conforme nomeação realizada pelo Juízo da Recuperação, nos termos da Lei nº 11.101/2005.

1.1.2. **Aprovação do Plano:** É a aprovação do presente Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia de Credores. Para os efeitos deste Plano, considera-se que a Aprovação do Plano ocorre na data da Assembleia de Credores que votar e aprovar o Plano, ainda que o Plano não seja aprovado por todas as classes de Credores, nos termos do artigo 58, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.

1.1.3. **Assembleia de Credores:** É qualquer Assembleia Geral de Credores, realizada nos termos do Capítulo II, Seção IV, da Lei nº 11.101/2005.

1.1.4. **Conta Escrow:** Conta bancária criada exclusivamente para receber os recursos provenientes da venda da UPI, que serão utilizados para o pagamento dos credores concursais e reestruturação da dívida fiscal.

1.1.5. **Créditos Concurais:** São os créditos, sejam materializados ou contingentes, líquidos ou ilíquidos, existentes na Data do Pedido ou cujo fato



gerador seja anterior ou coincidente com a Data do Pedido, que estão sujeitos a este Plano, nos termos da Lei nº 11.101/2005.

1.1.6. **Créditos com Garantia Real:** São os Créditos Concurais detidos por Credores com Garantia Real, nos termos do artigo 41, inciso II, da Lei nº 11.101/2005.

1.1.7. **Créditos de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:** São os Créditos Concurais detidos por microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos dos artigos 41, inciso IV, e 83, inciso IV, ambos da Lei nº 11.101/2005.

1.1.8. **Créditos Quirografários:** São os Créditos Concurais detidos pelos Credores Quirografários, nos termos do artigo 41, inciso III, da Lei nº 11.101/2005.

1.1.9. **Créditos Trabalhistas ou Classe I:** São os Créditos Concurais detidos pelos Credores Trabalhistas, nos termos do artigo 41, inciso I, da Lei nº 11.101/2005.

1.1.10. **Credores Colaboradores:** São os Credores, de qualquer natureza, que mantenham ou realizem Serviços Essenciais e/ou fornecimento de Novos Recursos à Recuperanda.

1.1.11. **Créditos Retardatários:** são créditos reconhecidos por decisão judicial ou arbitral, cujo trânsito em julgado é posterior ao prazo estipulado no art. 7º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005.

1.1.12. **Data do Pedido:** 04/09/2024, data em que o pedido de Recuperação Judicial da SOBEU foi ajuizado.

1.1.13. **Dia Útil:** Para fins deste Plano, Dia Útil será qualquer dia, que não seja sábado, domingo ou feriado, inclusive municipais na cidade de Barra Mansa



- RJ ou estaduais no estado do Rio de Janeiro que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário nas cidades de Barra Mansa – RJ ou no estado do Rio de Janeiro.

1.1.14. **Empréstimo DIP:** É o financiamento extraconcursal prioritário que poderá ser concedido por investidores, o qual terá o tratamento previsto nos artigos 67, 84 e 149 da Lei nº 11.101/2005 e demais disposições legais aplicáveis, nos termos da Cláusula 6 e seguintes do Plano.

1.1.15. **Homologação do Plano:** É a decisão judicial proferida pelo Juízo da Recuperação que concede a Recuperação Judicial, nos termos do artigo 58, caput e/ou §1º, da Lei nº 11.101/2005. Para os efeitos deste Plano, considera-se que a Homologação Judicial do Plano ocorre na data da publicação, no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Tocantins, ou da intimação eletrônica, da decisão concessiva da Recuperação Judicial.

1.1.16. **Juízo da Recuperação:** É o Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Barra Mansa – RJ.

1.1.17. **Laudos:** São os laudos econômico-financeiros que demonstram a viabilidade econômica dos ativos da Recuperanda e a avaliação contábil dos seus bens.

1.1.18. **Lei nº 11.101/2005 ou Lei de Falências ou LRE:** é a Lei nº 11.101/2005, que regula a Recuperação Judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária no Brasil.

1.1.19. **Leilão Reverso:** É o procedimento previsto na Cláusula 8.3 para realização de pagamento antecipado aos credores.

1.1.20. **Lista de Credores:** É a lista de credores publicada pelo Administrador Judicial, conforme alterada por decisões supervenientes, liminares ou definitivas,



e pedidos de reservas, quanto ao valor, classificação e natureza dos Créditos, proferidas pelo Juízo da Recuperação, até a Aprovação do Plano.

1.1.21. **Maioria Simples dos Credores:** É o quórum de aprovação que exige número de votos favoráveis maior que a metade dos Credores presentes na votação da respectiva Assembleia de Credores.

1.1.22. **Maioria Simples dos Créditos:** É o quórum de aprovação que exige número de votos favoráveis maior que a metade do valor dos créditos representados na votação da respectiva Assembleia de Credores.

1.1.23. **Novos Recursos:** São os novos recursos financeiros e creditícios que podem ser aportados por terceiros investidores e por Credores Colaboradores, com o objetivo de reestruturar financeiramente a Recuperanda, conforme previstos na Cláusula 7.1.4 e 7.1.5 deste Plano.

1.1.24. **Período de Vencimento das Obrigações do Plano:** Período que se inicia a partir da Aprovação do Plano até o final do período de execução do Plano de Recuperação Judicial.

1.1.25. **Plano de Recuperação Judicial ou Plano:** É o presente Plano de Recuperação Judicial da Recuperanda, conforme alterado ou aditado de tempos em tempos, que prevê a reestruturação de seus passivos e define os meios de recuperação e as condições de pagamento dos Créditos, incluindo a venda de ativos da Recuperanda por meio de unidade produtiva isolada, uma possível mediação com credores ou captação de recursos por outros meios.

1.1.26. **Recuperação Judicial:** É a Recuperação Judicial da SOBEU - ASSOCIAÇÃO BARRAMANSENSE DE ENSINO ("SOBEU"), conforme o Capítulo III, da Lei nº 11.101/2005, autuada sob o processo nº 0808625-27.2024.8.19.0007.



1.1.27. **Recuperanda:** SOBEU - ASSOCIAÇÃO BARRAMANSENSE DE ENSINO ("SOBEU"), em Recuperação Judicial, mantenedora da UBM – CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRA MANSA ("UBM") e COLÉGIO UBM ("COLÉGIO UBM").

1.1.28. **Serviços Essenciais:** São os serviços essenciais ao funcionamento da Recuperanda, atividade de ensino da UBM e do Colégio UBM, conforme definidos nos artigos 49, §3º, e 117, ambos da Lei nº 11.101/2005.

1.1.29. **UPI ou UPI Operacional ou UPI Operacional Universidade:** Unidade Produtiva Isolada, que será formada a partir da venda das atividades de ensino superior da Recuperanda e outros ativos descritos, conforme o Plano, na Cláusula 7.1.5 e seguintes.

1.1.30. **Valor Mínimo da UPI:** O valor estabelecido como base para a venda da UPI, levando em consideração a avaliação contábil dos ativos e a viabilidade econômica deles.

1.1.31. **Cláusulas e Anexos:** Exceto se especificado de forma diversa, todas as Cláusulas e Anexos mencionados neste Plano referem-se a Cláusulas e Anexos deste Plano. Referências a cláusulas ou itens deste Plano referem-se também às respectivas subcláusulas e subitens.

1.1.32. **Títulos:** Os títulos dos Capítulos e das Cláusulas deste Plano foram incluídos exclusivamente para referência e não devem afetar sua interpretação ou o conteúdo de suas previsões.

1.1.33. **Termos:** Os termos "incluem", "incluindo" e termos similares devem ser interpretados como se estivessem acompanhados da expressão "mas não se limitando a".



1.1.34. **Referências:** As referências a quaisquer documentos ou instrumentos incluem todos os respectivos aditivos, consolidações e complementações, exceto se de outra forma expressamente previsto neste Plano.

1.1.35. **Disposições Legais:** As referências a disposições legais e leis devem ser interpretadas como referências a essas disposições tais como vigentes nesta data ou em data que seja especificamente determinada pelo contexto.

1.1.36. **Prazos:** Todos os prazos previstos neste Plano serão contados na forma determinada no artigo 132 do Código Civil, desprezando-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento. Quaisquer prazos deste Plano (sejam contados em Dias Úteis ou não) cujo termo final caia em um dia que não seja um Dia Útil, serão automaticamente prorrogados para o Dia Útil imediatamente posterior.

2. Objetivos do Plano

Os principais objetivos deste Plano de Recuperação Judicial são assegurar a continuidade sustentável das atividades educacionais da Recuperanda, preservando sua relevância e impacto na comunidade acadêmica e social. O Plano visa garantir o pagamento dos créditos concursais de maneira justa, equitativa e eficiente, respeitando a ordem legal entre os credores, ao mesmo tempo em que equilibra a preservação dos recursos necessários para a operação, soerguimento e o crescimento da instituição.

Além disso, o Plano busca otimizar a estrutura financeira da SOBEU por meio de alienação estratégica da Unidade Produtiva Isolada (UPI), visando captar recursos que sejam essenciais para a redução do passivo e a liquidez imediata da dívida. Essa alienação será realizada com segurança jurídica, sem sucessão de passivos para o comprador, na forma do art. 60, parágrafo único, da Lei nº



11.101/2005, permitindo que a SOBEU foque na reestruturação de suas operações principais.

Outro objetivo central é a continuidade da implementação de uma profunda reestruturação financeira e administrativa, alinhada com as melhores práticas de governança e gestão educacional. Essas medidas - que já vem sendo adotadas desde o final do ano de 2022 - visam melhorar a eficiência operacional, fortalecer a captação de novos alunos, diversificar as fontes de receita e assegurar que a Recuperanda atue de forma competitiva no cenário educacional, especialmente no ensino à distância (EAD).

O Plano traça um caminho de viabilidade econômica a curto, médio e longo prazo, construído sobre bases sólidas de sustentabilidade financeira, inovação acadêmica e modernização administrativa, garantindo o pleno cumprimento de suas obrigações legais e sociais, como será visto à diante.

3. Viabilidade Econômico-Financeira e Operacional da Recuperanda

Independentemente dos fatores que levaram a SOBEU à atual situação financeira, é evidente que a atividade educacional desenvolvida pela instituição é sustentável e viável, possuindo grande potencial de recuperação devido à sua tradição e ao valor de seus ativos intangíveis, como a marca reconhecida, a carteira de alunos fidelizados, bem como as autorizações concedidas pelo MEC. O setor educacional, especialmente em um país de grandes dimensões e demanda crescente por ensino superior como o Brasil, apresenta oportunidades significativas para crescimento e reestruturação.

A superação da crise financeira será alcançada por meio da implementação das medidas previstas no Plano, que visam atender de forma justa e equilibrada os interesses dos credores, ao mesmo tempo em que promovem a preservação das atividades educacionais. Isso permitirá a manutenção de postos de trabalho e a



continuidade dos serviços à comunidade, embora em uma estrutura enxuta e adaptada à nova realidade financeira da SOBEU. Essas ações reforçam a função social da instituição e o estímulo ao setor educacional, em conformidade com os objetivos estabelecidos na Lei de Recuperação Judicial.

No que se refere à operação remanescente, destaca-se que a SOBEU, através da possível alienação da Unidade Produtiva Isolada (UPI Operacional Universidade), buscará captar recursos essenciais para o cumprimento das obrigações concursais e extraconcursais, garantindo a continuidade de suas operações. A UPI será mantida em funcionamento sob a gestão de um adquirente comprometido com a prestação dos serviços educacionais, respeitando os princípios do Plano de Recuperação.

A operação remanescente, que, como será visto à diante, se manterá com as atividades do Colégio UBM, garantirá a sustentabilidade futura da SOBEU e permitirá o pagamento de despesas concursais e extraconcursais ainda existentes, após a implementação das medidas de recuperação.

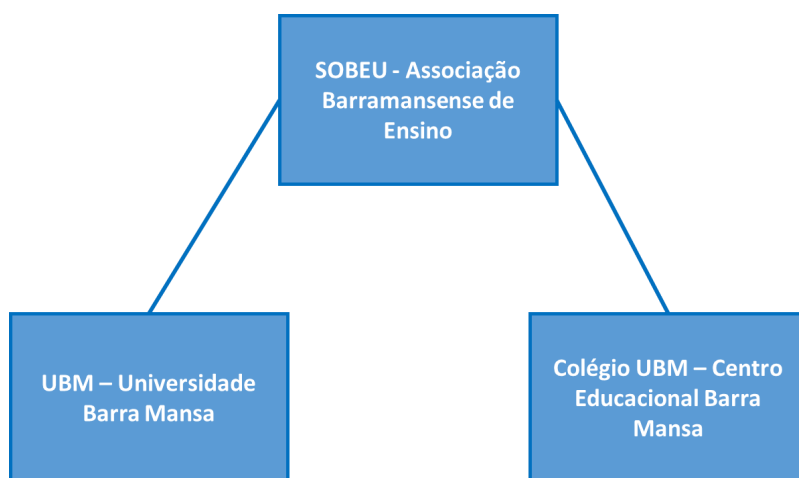
A viabilidade do Plano de Recuperação Judicial da SOBEU e das ações nele descritas é atestada e confirmada pelo Laudo Econômico-Financeiro, que também apresenta a avaliação detalhada dos ativos e bens da instituição, conforme exigido pelo art. 53, incisos II e III, da LFR, e está incluído no Anexo deste Plano.

4. Diagnóstico da Recuperanda:

Conforme amplamente exposto no processo de Recuperação Judicial, a Recuperanda enfrenta as consequências de uma série de fatores adversos que culminaram numa crise de liquidez sem precedentes. Tantas foram as Recuperações Judiciais impetradas nos últimos anos em diversos Estados, especialmente de empresas do setor educacional, que não será exagero afirmar que a crise desse setor constitui fato notório.



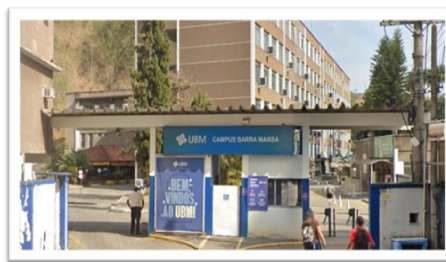
4.1. Histórico da Associação: Como devidamente explanado à exordial, nas razões pelo cabimento do presente pedido de Recuperação Judicial, insta que a requerente possui como seu objeto social a exploração de atividade econômica por meio de duas instituições de ensino, com enfoque no Ensino Superior e Básico. Senão vejamos:



a) **UBM - Centro Universitário De Barra Mansa**

A história da Instituição começa com a criação da SOBEU – Associação Barramansense de Ensino em 1961, que passou por diversos desafios, como (i) o dificultoso processo de concessão de autorização federal para trazer o ensino superior à região de Barra Mansa – RJ, (ii) a abertura dos cursos de Administração, Filosofia, Ciências, Letras, Comunicação e Enfermagem e (iii) a integração das faculdades, em 1997, para a formação do primeiro Centro Universitário do interior sul fluminense, o UBM – Centro Universitário de Barra Mansa.





O UBM - Centro Universitário de Barra Mansa já foi a principal instituição da região, atendendo não somente aos residentes da cidade, mas também aos moradores de cidades em um raio de 80 km (oitenta quilômetros) do Município de Barra Mansa.

A cidade de Barra Mansa possui uma população de aproximadamente 169.899 habitantes (dados do censo de 2023¹). O Sul do Estado do Rio de Janeiro e a costa verde, onde a abrangência da Universidade alcança, possui mais de 1,3 (um milhão e trezentos mil) milhões de habitantes.

Atualmente, o UBM – Centro Universitário de Barra Mansa continua sendo um dos mais importantes polos de ensino do interior do Rio de Janeiro, e já contemplou uma audiência excepcional, ultrapassando a marca de 5.000 (cinco mil) alunos.

Ao longo dos anos, a Instituição viveu um crescimento significativo e hoje conta com cursos de graduação, entre os quais também há cursos tecnológicos, além de cursos e programas de pós-graduação *lato-sensu* e programas e projetos de extensão e ação comunitária - sinais expressivos da forma como o UBM vem cumprindo sua responsabilidade social.

Destacam-se também laboratórios e clínicas que atendem aos cursos e à comunidade, bem como laboratórios dedicados ao Núcleo de Educação à

¹ <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2023/06/28/populacao-de-barra-mansa-rj-e-de-169-899-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghml>



Distância – NEAD, ainda em atividade, e a criação do Campus Cicuta, inaugurado em 2000, nas proximidades de Volta Redonda, este último já desativado, embora por muito tempo tenha servido a população com seus cursos.

O credenciamento da Instituição como Centro Universitário, por Decreto do Presidente da República em 23/12/1997, levou o UBM a redirecionar o seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Isso significa um maior empenho continuado para a excelência de ensino, por meio da qualificação do corpo docente e condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar, tendo o UBM – Centro Universitário de Barra Mansa o poder de competir com outras instituições de ensino superior do Estado do Rio de Janeiro.

b) Colégio UBM – Centro Educacional Barra Mansa

O Colégio UBM – Centro Educacional Barra Mansa é uma escola de Educação Básica e Educação Profissional, também mantido pela SOBEU - Associação Barramansense de Ensino, que passou a integrar o portfólio da requerente a partir de 2007, após a mantenedora identificar uma carência da região e a oportunidade de iniciar um trabalho de desenvolvimento da educação básica.

O trabalho realizado pela mantenedora desde a sua fundação, ao longo dos seus 70 (setenta) anos, fez com que o Colégio UBM - Centro Educacional Barra Mansa se tornasse uma escola de referência na comunidade local e regional pela qualidade do ensino oferecido e pelo pioneirismo na oferta de cursos noturnos para qualificação profissional.



Além disso, é a primeira escola mista da região, isto é, a primeira a adotar tecnologia da informação como apoio ao ensino por meio de ambiente virtual de aprendizagem.

5. Razões da Crise Financeira:

A situação de grave crise econômico-financeira em que se encontra a requerente tem como pano de fundo um contexto mais amplo de uma profunda mudança pela qual vem passando o mercado de ensino superior brasileiro, especialmente após a pandemia da COVID-19.

Tais fatores, associados a problemas internos, imprevisíveis ao tempo, contribuíram para a necessidade, aqui justificada, do pedido de Recuperação Judicial.

Isso porque, a partir do ano de 2020, ano de início de pandemia, houve uma queda acentuada do número de matriculados no ensino superior privado na modalidade presencial, acompanhada de uma ampliação da base de alunos matriculados em cursos EAD, que hoje corresponde a mais da metade do total de alunos matriculados na rede privada de ensino superior do Brasil.

Os cursos EAD, em que pese implique em redução dos custos operacionais, correspondem a um produto com um valor de *ticket* médio muito inferior quando comparado aos cursos presenciais, de modo que a rentabilidade da carteira de alunos matriculados no EAD decorre do ganho em escala, um dos grandes desafios enfrentados pelas instituições de ensino de menor porte, já que existe uma enorme concorrência.

Desde o ano de 2016, a matrícula em cursos presenciais na rede privada de educação superior tem diminuído e esse comportamento é acompanhado pelo aumento do ritmo de crescimento dos cursos EaD. Em 2021, o número de matrículas em cursos a distância da rede privada ultrapassa o número de matrículas em cursos presenciais.



(...)

Em 2011, a modalidade EaD representava 14,7% das matrículas de graduação. Em 2018, ultrapassou a marca de 2 milhões de alunos, e, em 2021, alcança 3,7 milhões, o que representa mais de 41% dos alunos de graduação no país.²

Esse problema é agravado pela grande concentração de alunos em poucas instituições de ensino. Ora, os dados do Censo do Ensino Superior de 2021 revelam que apenas 4 (quatro) Instituições de Ensino Superior concentram um total de 42% (quarenta e dois por cento) dos estudantes matriculados, a saber: Centro Universitário Leonardo da Vinci, Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, Universidade Estácio de Sá e Universidade Cesumar³.

Tabela 5. As 20 maiores instituições de educação superior, em número de matrículas em cursos de graduação a distância Brasil - 2021.

NOME DA INSTITUIÇÃO	CATEGORIA ADMINISTRATIVA	ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	TOTAL DE MATRÍCULAS	FREQUÊNCIA %	FREQUÊNCIA ACUMULADA %
CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI	Privada	Centro Universitário	537.524	14,5	14,5
Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera	Privada	Universidade	449.741	12,1	26,6
UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	Privada	Universidade	310.152	8,3	34,9
UNIVERSIDADE CESUMAR	Privada	Universidade	264.672	7,1	42,0
UNIVERSIDADE PAULISTA	Privada	Universidade	262.794	7,1	49,1
CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL	Privada	Centro Universitário	205.065	5,5	54,6
UNIVERSIDADE ANHANGUERA	Privada	Universidade	197.968	5,3	59,9
UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	Privada	Universidade	95.079	2,6	62,5
CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE RIBEIRÃO PRETO	Privada	Centro Universitário	86.178	2,3	64,8
CENTRO UNIVERSITÁRIO FAEL	Privada	Centro Universitário	79.521	2,1	67,0
UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	Privada	Universidade	63.186	1,7	68,7
CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SANTA CATARINA	Privada	Centro Universitário	61.087	1,6	70,3
UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	Privada	Universidade	59.392	1,6	71,9
UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	Privada	Universidade	49.167	1,3	73,2
UNIVERSIDADE DE FRANCA	Privada	Universidade	47.242	1,3	74,5
Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo	Estadual	Universidade	42.828	1,2	75,7
CENTRO UNIVERSITÁRIO PLANALTO DO DISTRITO FEDERAL - UNIPLAN	Privada	Centro Universitário	42.576	1,1	76,8
CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST	Privada	Centro Universitário	27.707	0,7	77,5
CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU	Privada	Centro Universitário	26.482	0,7	78,3
UNIVERSIDADE SANTO AMARO	Privada	Universidade	24.948	0,7	78,9

Fonte: MEC/Inep, Censo da Educação Superior

Por outro lado, 40% (quarenta por cento) das instituições possuem até 300 (trezentos) alunos e detêm apenas 1% (um por cento) das matrículas do ensino superior, tratando-se de um mercado com *players* muito grandes concorrendo

²https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf.

³https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf



com instituições muito menores e com sérias dificuldades de precificação competitiva – já que o ganho em escala para os grandes concorrentes lhes permite fixar valores de mensalidades que são insustentáveis para instituições menores.

Ou seja, no ensino EAD, uma instituição de pequeno porte tem como concorrente direto todas as outras instituições de ensino do Brasil que oferecem essa mesma modalidade de serviço, se tornando uma concorrência global.

Já diante da situação de crise, a antiga administração, a título de artifício de solução para a instabilidade, usou da antecipação de recebíveis por meio de inúmeras instituições de crédito, as quais, contudo, não foram honradas pela Universidade.

Não fosse isso, administrações anteriores deram mais atenção às obrigações com instituições financeiras do que com o próprio quadro de colaboradores e, em julho de 2022, esses colaboradores entraram em greve, eis que estavam desde março de 2022 com os salários atrasados.

Em setembro de 2022, um grupo de trabalho, formado por membros da Sociedade Barramansense, Prefeitura de Barra Mansa, Sindicato dos Professores e Ministério Público, foi chamado para tentar auxiliar na recuperação da Instituição devido à sua importância para o Município.

Fiscalizados pelo Ministério Público, o então grupo de trabalho direcionou os esforços para solucionar os problemas com o inadimplemento da folha de pagamento, o que foi feito. Após o pagamento dos trabalhadores do UBM – Centro Universitário de Barra Mansa, a greve foi encerrada, acreditando que a administração seria diferente.

Esse mesmo grupo de trabalho fez um grande esforço de recuperação dos alunos que pediram transferência na época da greve e, agora, direciona o



empenho na captação de novos alunos, sendo esse um processo lento e gradual, até recuperar a confiança na Instituição.

Mesmo com as dificuldades do setor, até o ano de 2020, o UBM - Centro Universitário de Barra Mansa vivia o seu auge⁴, porém, nos últimos anos, a antiga gestão tomou uma série de decisões equivocadas com escolhas desastrosas, que fizeram a instituição entrar num processo de insolvência que seria insustentável senão pela intervenção sofrida.

O UBM - Centro Universitário de Barra Mansa, apesar dos inúmeros problemas financeiros, mantém avaliações do MEC, nesse período todo, com nota entre 4 e 5 (sendo 5 a maior nota)⁵, o que mostra o empenho dos atuais gestores e dos colaboradores para fazer com que a Instituição tenha o seu pleno soerguimento, demonstrando sua qualidade, relevância e influência na seara socioeducacional na região.

Apesar da manutenção dos salários “em dia”, o grupo de trabalho - que ainda se mantém à frente da administração da Instituição de ensino - identificou um enorme passivo, com diversos bloqueios judiciais que impedem o funcionamento normal e pleno da Universidade, como poderá ser analisado nos documentos em anexo.

Em síntese, além da crise no ensino superior do Brasil, que há tempos já vem sendo sentida por outras instituições de nome, nota-se uma abrupta queda no faturamento da Instituição, causada em grande parte pela pandemia da COVID-19, somada à gestão catastrófica do período, incapaz de tomar decisões assertivas que conduzissem a Instituição ao soerguimento.

⁵ <https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTE0>



Diante de um cenário de insolvência, a atual gestão do UBM - Centro Universitário de Barra Mansa entende que a utilização do mecanismo da Recuperação Judicial se faz extremamente necessário, para que – dentro de um planejamento estruturado - consiga voltar ao seu funcionamento normal atuando como um grande formador de profissionais para a região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

Em resumo, a crise financeira atual é atribuída a vários fatores, incluindo:

- Má Gestão pelos Antigos Gestores: Decisões gerenciais inadequadas que comprometeram a saúde financeira da Associação.
- Mudança na Cultura do Ensino Superior: Adoção crescente de cursos à distância (EAD), especialmente após a pandemia, impactando negativamente a demanda por cursos presenciais.
- Concorrência com Grandes Instituições: Grandes instituições de ensino superior têm dominado o mercado de EAD, dificultando a competitividade da Associação.

6. Situação Financeira Atual:

A SOBEU, no final do ano de 2022, celebrou um acordo com o Sindicato dos Professores do Sul Fluminense (SINPRO) e o Ministério Público do Trabalho, para, dentre outras medidas, afastar a gestão anterior e implementar uma nova gestão focada em práticas de governança modernas e responsáveis. Desde então, uma equipe especializada, assumiu o controle da gestão financeira, acadêmica e administrativa da instituição.

Esse novo modelo de gestão foi fundamental para o desenvolvimento de um Plano de Reestruturação, já em execução desde o final de 2022, e cujo resultado é a manutenção das atividades regulares da SOBEU, incluindo o Centro Universitário Barra Mansa (UBM) e o Colégio UBM, que vem demonstrando regularidade no pagamento dos funcionários, credores e renegociação do



passivo fiscal, o que, inclusive, possibilitou um cenário de condições minimamente favoráveis para a estruturação da Recuperação Judicial.

Essa reestruturação, orientada por princípios de austeridade e eficiência, abrange os seguintes pontos principais:

- Governança: A nova gestão implementou uma governança transparente, com controle rigoroso de fluxo de caixa e medidas para a redução de passivos;
- Operacionalização Financeira: Foram realizadas negociações estratégicas com credores, principalmente instituições financeiras, garantindo a preservação dos ativos essenciais ao funcionamento da universidade;
- Manutenção da Atividade Educacional: Graças ao trabalho da nova gestão, a SOBEU segue oferecendo cursos de graduação e pós-graduação, além do Colégio UBM, que inclusive criou 6 (seis) novos Cursos Técnicos no ano de 2024. Além disso, desde a nova gestão houve recorde de captação ano após ano. Aliado a esse fato, a SOBEU continua a cumprir sua função social com a comunidade, gerando emprego e promovendo a educação.

a) Ativos da SOBEU

Em relação aos ativos que compõem o patrimônio da SOBEU, que englobam imóveis, equipamentos, a marca, e a carteira de alunos, estes são componentes essenciais para a continuidade das operações educacionais e representam tanto um valor econômico quanto estratégico significativo para a instituição, principalmente para viabilizar o cumprimento do Plano. No entanto, a situação delicada desses ativos exige uma análise cuidadosa para compreender suas



limitações e potencial de valorização dentro do contexto da Recuperação Judicial.

O principal ativo físico da SOBEU é o imóvel onde se localiza a sede da universidade e do colégio, que compreende não apenas a infraestrutura educacional, como salas de aula, laboratórios, e bibliotecas, mas também áreas administrativas e espaços de convivência. Este imóvel é vital para a continuidade das atividades educacionais (laudo de avaliação em anexo).

Entretanto, a liquidez deste ativo é extremamente limitada. Embora tenha um valor substancial em termos de mercado imobiliário, a venda do imóvel separado poderia inviabilizar a continuidade das atividades da SOBEU como uma instituição educacional, o que é contrário ao objetivo da recuperação. Além disso, o mercado imobiliário na região pode não absorver esse ativo de forma rápida ou pelo valor desejado, especialmente em um cenário econômico instável.

Uma alternativa viável, mas não a principal, poderia ser a utilização deste imóvel como garantia para obtenção de financiamentos (*DIP Financing*), permitindo a manutenção das operações sem a necessidade de alienação imediata.

Outra seria a possibilidade de venda do principal ativo da universidade, em conjunto com a operação da universidade, que é a uma das atividades econômicas da SOBEU, em forma de uma **“UPI Operacional Universidade”**, que poderia sustentar o integral cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

Os bens móveis da SOBEU, que incluem equipamentos de informática, móveis de escritório, e aparatos laboratoriais, são classificados como ativos não circulantes. Estes equipamentos são essenciais para a prestação dos serviços educacionais, especialmente em cursos que demandam práticas laboratoriais e uso intensivo de tecnologia.



No entanto, esses ativos tendem a sofrer rápida depreciação e têm um valor de revenda relativamente baixo no mercado, o que reduz sua eficácia como fonte de liquidez imediata. Em um cenário de Recuperação Judicial, esses bens são mais valiosos enquanto continuam em uso para suportar as atividades acadêmicas, em vez de serem liquidados, ou se forem liquidados em bloco, em formato de UPI.

Também se destacam como ativos valiosos da SOBEU, a marca, a carteira de alunos e a autorização dos cursos mantidas junto ao MEC, que representam o maior valor agregado da instituição. A marca UBM (Centro Universitário Barra Mansa) e Colégio UBM são sinônimos de tradição e qualidade educacional na região. Essa reputação construída ao longo de décadas é um ativo intangível que não apenas atrai novos alunos, mas também mantém a confiança da comunidade e dos *stakeholders*.

A carteira de alunos, por sua vez, é um ativo dinâmico e crucial para a geração de receita. O número de alunos matriculados e a confiança que eles depositam na instituição são indicadores diretos da saúde financeira da SOBEU. A manutenção e expansão dessa carteira são vitais para o sucesso do Plano de Recuperação, pois a receita proveniente das mensalidades é a principal fonte de fundos para o pagamento dos passivos.

Contudo, a valorização desses ativos intangíveis está diretamente ligada à capacidade da SOBEU em manter a qualidade do ensino e a **continuidade das operações**. Qualquer falha na implementação do Plano de Recuperação que comprometa essas atividades pode resultar em uma perda significativa do valor ou mesmo, na perda direta de todos esses ativos.

b) Passivos da SOBEU

Os passivos da SOBEU compreendem principalmente dívidas trabalhistas, obrigações com fornecedores, e débitos com instituições financeiras. Esses



passivos refletem compromissos financeiros que, se não administrados adequadamente, podem ameaçar a viabilidade da instituição.

b.1) Dívidas Trabalhistas

As dívidas trabalhistas são uma prioridade no Plano de Recuperação Judicial, pois envolvem obrigações legais e morais com os colaboradores da SOBEU. O atraso ou inadimplemento dessas dívidas pode levar a greves, ações judiciais e deterioração da relação com o corpo docente e administrativo, impactando negativamente o ambiente acadêmico e a reputação da instituição.

b.2) Dívidas com Instituições Financeiras

As dívidas com instituições financeiras representam um dos principais desafios para a SOBEU, afetando sua capacidade de manter a aquisição de bens e serviços essenciais para o funcionamento contínuo da universidade e do colégio. Esses passivos, devido aos juros e encargos acumulados, são também os mais onerosos e com garantias delicadas, o que requer uma abordagem estratégica e uma renegociação cuidadosa de prazos e condições de pagamento especiais, principalmente para aquelas Instituições que continuam a fornecer crédito para a SOBEU.

A renegociação dessas dívidas é crucial para assegurar que as condições de pagamento sejam viáveis dentro do fluxo de caixa previsto no Plano de Recuperação, evitando o aumento da dívida e preservando os recursos necessários para a operação da SOBEU. Essa abordagem permitirá a continuidade das atividades educacionais sem interrupções, ao mesmo tempo em que contribui para a sustentabilidade financeira de longo prazo.

A situação financeira da SOBEU é delicada, mas não insustentável. O sucesso do Plano de Recuperação depende da valorização de seus ativos intangíveis (como a marca e a carteira de alunos) e de uma gestão eficiente dos passivos,



especialmente os trabalhistas e financeiros. Com uma estratégia bem definida e rigorosamente executada, a SOBEU tem o potencial de superar a crise atual e se reposicionar de maneira sólida e confiável no mercado educacional.

7. Medidas de Recuperação da Instituição:

As medidas de Recuperação Judicial abrangem ações planejadas para os curtos, médios e longos prazos, com o objetivo de assegurar a estabilidade financeira e operacional da instituição. O Plano prevê um incremento de receitas por meio de novas estratégias de captação e expansão de serviços educacionais, a adoção de uma gestão austera, focada na eficiência e controle de custos, e uma significativa redução do passivo, obtida por meio da renegociação de dívidas com credores. Essas iniciativas buscam restaurar a saúde financeira da SOBEU, preservando suas atividades essenciais e garantindo a sustentabilidade a longo prazo.

7.1. Medidas de curto e médio prazo:

As **medidas de curto e médio prazo**, dentro da possibilidade, já vem sendo adotada. São essenciais para garantir a estabilidade imediata da SOBEU e promover a retomada de suas atividades de forma sustentável que, inclusive, possibilitaram a Recuperação Judicial.

Essas medidas serão implementadas de forma gradativa, com foco na reestruturação financeira, administrativa e operacional da instituição. As ações aqui descritas serão monitoradas periodicamente para ajustes conforme necessário, visando resultados concretos e o cumprimento dos objetivos do Plano de Recuperação.



7.1.1. Redimensionamento do Passivo Tributário

Embora os Créditos Tributários não se submetam ao Plano de Recuperação Judicial, para que este possa ser objeto de decisão homologatória será indispensável a apresentação das certidões negativas de débitos, na forma do art. 57 da Lei nº 11.101/2005.

A Recuperanda vem empreendendo esforços na reestruturação de seu passivo fiscal buscando a adesão a propostas de transação fiscal vigentes formuladas para empresas em Recuperação Judicial, além de abatimentos fiscais e utilizando eventuais créditos acumulados da SOBEU com tributos a pagar, dentro dos limites legalmente estabelecidos. Esses passivos estão discriminados e indicados no Anexo 3.6.

A SOBEU buscará sempre empreender esforços para o compromisso com as Entidades da Administração Pública, de modo que possam em consenso conjecturar estrutura para sanar as pendências tributárias da Recuperanda, a qual estará livre de embaraços do Plano de Recuperação para buscar editais menos onerosos ou, mais vantajosos.

Os recursos necessários para a liquidação do Passivo Tributário, poderão ser obtidos pela venda da “UPI Operacional Universidade”, conforme será visto à seguir, onde, em consonância com a Cláusula 7.1.5.16, os recursos poderão ser destinados da seguinte forma:

- a) Um montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) será retido dos valores provenientes da alienação judicial da UPI Operacional, destinado à quitação parcial ou total do Passivo Tributário e/ou negociação com o Fisco;



- b) Outros montantes poderão ser retidos, limitado à distribuição da Cláusula 7.1.5.16 e adequados ao fluxo de caixa, para assegurar o redimensionamento do Passivo Tributário de forma sustentável.

7.1.2. **Ajuste do fluxo de caixa;**

O ajuste do fluxo de caixa consiste em revisar, equilibrar e otimizar as entradas e saídas financeiras da instituição para garantir que as despesas essenciais, como salários, fornecedores e tributos, sejam pagas pontualmente. A SOBEU priorizará a redução de gastos desnecessários e buscará maximizar receitas imediatas, de modo a estabilizar o caixa no curto prazo.

Objetivo:

- Assegurar que as operações continuem sem interrupções.
- Priorizar o pagamento de despesas essenciais, como salários e custos operacionais.
- Evitar atrasos em obrigações que possam comprometer as atividades da instituição.
- Permitir que a SOBEU tenha capacidade de pagamento para atender as dívidas reestruturadas.

Estratégia:

- Revisar todas as despesas mensais da instituição e identificar possíveis cortes ou adiamentos.
- Implementar medidas de controle financeiro rigoroso, monitorando diariamente as entradas e saídas de caixa.
- Priorizar despesas que mantenham as atividades educacionais e administrativas em funcionamento.



7.1.3. Empenho de mecanismos para incremento de receita;

O incremento de receita envolve a criação de novas fontes de renda para a SOBEU, implementadas campanhas de marketing específicas voltadas para a captação de novos alunos, especialmente em modalidades EAD, com metas trimestrais de adesão de alunos. A recuperação/manutenção da confiança do público-alvo será monitorada e ajustada conforme os resultados dessas campanhas.

Objetivo:

- Aumentar as receitas da instituição para garantir sua sustentabilidade financeira.
- Ampliar o portfólio de cursos e serviços oferecidos.
- Diversificar as fontes de receita, reduzindo a dependência de uma única modalidade de ensino.

Estratégia:

- Intensificar campanhas de marketing para atrair novos alunos, com foco em cursos de EAD.
- Oferecer descontos e promoções para aumentar as matrículas e reduzir a evasão.
- Desenvolver parcerias com empresas e instituições para a criação de cursos corporativos e de curta duração, gerando receitas adicionais.

7.1.4. Empréstimo e financiamento *DIP*

7.1.4.1. O Empréstimo *DIP* será um financiamento extraconcursal prioritário oferecido por investidores externos ou instituições financeiras, com a finalidade de prover liquidez imediata à SOBEU. Esse financiamento será essencial para manter as operações, pagar despesas urgentes e implementar as medidas do Plano de Recuperação Judicial. O *DIP* terá tratamento preferencial em relação



aos demais créditos da Recuperanda, conforme disposto nos artigos 67, 84 e 149 da Lei nº 11.101/2005.

7.1.4.2. Finalidade do *DIP*: Os recursos captados por meio do *DIP Financing* serão utilizados para:

- **Capital de giro:** Garantir a continuidade das operações educacionais do UBM e do Colégio UBM.
- **Pagamentos urgentes:** Quitar despesas operacionais imediatas, como salários, fornecedores essenciais, custos administrativos e despesas com a Recuperação Judicial.
- **Implementação do Plano:** Financiamento das medidas de reestruturação administrativa, organizacional e financeira previstas neste Plano, incluindo incremento de receitas, campanhas de captação de novos alunos e renegociação de contratos com fornecedores e credores extraconcursais.

7.1.4.3. Estrutura do *DIP* no Plano: O *DIP Financing* será estruturado de modo a garantir a sua conformidade com a Lei nº 11.101/2005 e a proteção dos credores atuais. Ele será composto por duas fases principais:

- **Fase 1 - Aprovação e Captação de Recursos**

Montante: O valor inicial do financiamento será estabelecido em **R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais)** que poderá ser ajustado conforme necessidade operacional, devendo a Recuperanda submeter qualquer proposta de financiamento ao Juízo da Recuperação, conforme já deferido na i. Decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial.

Garantias: Serão oferecidas garantias reais em imóveis essenciais à operação educacional da SOBEU.



Prazo de Captação: A SOBEU buscará captar os recursos do financiamento *DIP* no prazo de até 120 (cento e vinte) dias após o deferimento do processamento da Recuperação, podendo esse prazo ser prorrogado, considerando o pedido à exordial e o deferimento em id 142491651, devendo as propostas serem submetidas ao Juízo Recuperacional.

- **Fase 2 - Aplicação e Monitoramento**

Aplicação dos Recursos: Os recursos serão aplicados prioritariamente para as seguintes finalidades: i) Manutenção das atividades educacionais; ii) Regularização de despesas urgentes; iii) Implementação do plano de corte de custos e reestruturação administrativa.

Monitoramento: Os desembolsos do *DIP* serão monitorados de forma rigorosa pelo Comitê de Acompanhamento, composto por representantes dos credores, do administrador judicial e da SOBEU, que supervisionará o cumprimento das obrigações associadas ao financiamento.

7.1.4.4. Condições de Pagamento do *DIP*: O financiamento *DIP* será pago com prioridade sobre os créditos concursais da SOBEU, conforme a ordem estabelecida pela Lei nº 11.101/2005.

7.1.4.5. Ordem de Prioridade: O *DIP* será considerado crédito extraconcursal, o que significa que será quitado antes de outros credores que não possuam garantias reais.

Em caso de liquidação de ativos, os recursos obtidos serão destinados primeiramente para a amortização do *DIP Financing*.

7.1.4.6. Prazo para Quitação: A SOBEU prevê um prazo de **36 (trinta e seis)** meses para a quitação do financiamento *DIP*, a contar da data de efetiva captação e entrada dos recursos em conta.

Pagamentos serão realizados em parcelas trimestrais, utilizando as receitas provenientes do fluxo de caixa operacional e, caso necessário, de alienações de



ativos não essenciais, devendo ser quitado antecipadamente na hipótese de alienação da “UPI Operacional Universidade”.

7.1.4.7. Garantias do *DIP*: As garantias oferecidas para o financiamento *DIP* serão consistentes com a natureza e o valor do empréstimo, assegurando tanto a proteção dos financiadores quanto a continuidade das operações da SOBEU, sendo a garantia formada pelos mesmos ativos inseridos na UPI (Unidade Produtiva Isolada).

7.1.4.8. Direitos do Financiador do *DIP* em Caso de Aquisição da UPI: O financiador do *DIP* terá o direito de compensar o valor aportado no financiamento caso venha a adquirir a Unidade Produtiva Isolada (UPI), conforme os seguintes termos:

- Compensação do Valor Aportado: Caso o financiador do *DIP* participe do processo de alienação da UPI e sua proposta seja a vencedora, o montante já aportado no *DIP* poderá ser deduzido do preço de aquisição da UPI.
- Preferência no Processo de Aquisição: O financiador do *DIP* terá preferência em oferecer uma proposta para a aquisição da UPI, podendo compensar todo o valor do *DIP* ainda em aberto no momento da alienação. Caso a proposta do financiador seja a mais vantajosa para a SOBEU e seus credores, será aceito o abatimento proporcional do valor aportado no *DIP* no preço final da UPI.

7.1.4.9. Relação com Outras Medidas do Plano: O *DIP Financing* está diretamente vinculado ao sucesso das demais medidas previstas no Plano de Recuperação Judicial, como o aumento de receitas, renegociação de passivos e venda de unidades produtivas isoladas (UPI). A liquidez garantida pelo *DIP* permitirá que a SOBEU implemente tais medidas de forma estruturada e eficiente.



7.1.4.10. Suporte à Venda de Ativos e UPI: Parte dos recursos captados por meio do *DIP* poderá ser utilizada para custear o processo de alienação da UPI (Unidade Produtiva Isolada), cuja venda é uma das principais medidas de recuperação. Os ativos isolados terão prioridade no pagamento do *DIP*, garantindo que os financiadores tenham retorno seguro.

7.1.4.11. Incentivo à Reestruturação Organizacional: Os recursos do DIP também serão direcionados para a reestruturação organizacional, promovendo a modernização administrativa e a eficiência operacional, que são cruciais para o sucesso do Plano.

7.1.5. Formação e Alienação de UPI (Unidade Produtiva Isolada) – “UPI Operacional Universidade”:

7.1.5.1. Composição da UPI Operacional Universidade: A Unidade Produtiva Isolada (UPI Operacional Universidade) será composta exclusivamente pelos ativos educacionais necessários para a continuidade das atividades do **Centro Universitário UBM (UBM - Centro Universitário Barra Mansa)**, sem incluir o Colégio UBM, que permanecerá sob a responsabilidade e operação da SOBEU – Associação Barramansense de Ensino (Recuperanda).

7.1.5.2. A UPI Operacional será formada pelos seguintes ativos:

➤ **Ativos Tangíveis**

Imóveis: Os prédios e propriedades imobiliárias que são utilizados para as atividades do Centro Universitário UBM, incluindo:

Estrutura acadêmica: Infraestrutura educacional e administrativa necessária para a operação da UBM, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas e escritórios administrativos.



Esses imóveis serão alienados livres de quaisquer ônus, garantindo que o comprador adquira os bens sem qualquer carga de dívidas anteriores.

Bens Móveis: Todos os equipamentos, mobiliário e itens físicos utilizados nas operações acadêmicas e administrativas do Centro Universitário UBM, incluindo: Equipamentos tecnológicos: Computadores, equipamentos de TI, softwares licenciados, ferramentas para ensino à distância (EaD) e demais recursos operacionais.

Laboratórios: Equipamentos laboratoriais, clínicos e científicos utilizados nos cursos presenciais da UBM.

➤ **Ativos Intangíveis**

Os ativos intangíveis que compõem a UPI são essenciais para a continuidade das atividades da UBM e para manter seu valor de mercado e, por isso esses ativos precisam ser alienados em conjunto. Esses ativos incluem:

Marca UBM (Centro Universitário Barra Mansa): A marca UBM, altamente reconhecida na região, é um ativo intangível valioso que será transferido ao comprador. A marca está associada à tradição e qualidade no ensino superior e será parte essencial do valor da UPI.

Carteira de Alunos: A transferência da carteira de alunos matriculados no Centro Universitário UBM faz parte integrante da UPI, garantindo um fluxo contínuo de receita com as mensalidades e taxas pagas pelos estudantes.

Autorizações do MEC e outras licenças: As autorizações do Ministério da Educação (MEC), essenciais para o funcionamento dos cursos oferecidos pela UBM, serão transferidas para o comprador. Isso inclui os credenciamentos, autorizações de funcionamento de cursos de graduação, pós-graduação e



extensões, permitindo a continuidade das atividades educacionais sem interrupções.

➤ **Exclusões da UPI**

Os seguintes elementos não farão parte da UPI e permanecerão sob a titularidade da SOBEU:

Colégio UBM: O Colégio UBM não será incluído na UPI e continuará sendo mantido e operado pela SOBEU (Recuperanda). Apenas os ativos e operações relacionadas ao Centro Universitário UBM serão transferidos para o comprador da UPI.

Direitos Creditórios: Todos os direitos creditórios da SOBEU, inclusive aqueles oriundos de ações de cobrança de inadimplência de alunos, permanecerão com a SOBEU e não serão transferidos ao comprador da UPI.

CNPJ da SOBEU: O CNPJ da SOBEU permanecerá sob a titularidade da Recuperanda. O comprador da UPI adquirirá apenas os ativos operacionais da UBM, sem herdar o CNPJ, passivos ou obrigações anteriores da SOBEU.

7.1.5.3. **Alienação da UPI:** A alienação da UPI Operacional Universidade será conduzida com base nos princípios de transparência e competitividade, conforme previsto na Lei nº 11.101/2005. O processo garantirá a máxima segurança jurídica tanto para a SOBEU quanto para os investidores, com atenção especial para evitar qualquer sucessão de passivos.

7.1.5.4. **Modalidade de Alienação:** A UPI será alienada através de leilão público para garantir a competitividade e maximizar o valor dos ativos.

7.1.5.5. **Publicação do Edital UPI Operacional:** Em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da Homologação Judicial do Plano, a Recuperanda fará requerimento



ao i. Juízo Recuperacional para nomeação de leiloeiro, que conduzirá todo o procedimento de alienação da UPI.

7.1.5.6. O mecanismo de *stalking horse* poderá ser utilizado, possibilitando que um investidor inicial apresente uma oferta mínima vinculante para a UPI, inclusive, com o direito de *right to top*, permitindo que ele cubra qualquer oferta superior feita durante o processo.

7.1.5.7. Edital de Alienação: O edital de alienação será publicado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, contendo a descrição detalhada dos ativos que compõem a UPI, as condições de participação no processo de compra, o preço mínimo e outras exigências.

7.1.5.8. Realização do Leilão: O leilão da UPI Operacional Universidade será realizado sob supervisão do Juízo Recuperacional, do Administrador Judicial e da Recuperanda, garantindo-se a transparência, competitividade e segurança jurídica no processo. Caso haja um proponente *stalking horse*, este terá o direito de exercer o *right to top*, cobrindo qualquer eventual oferta superior apresentada durante o leilão, conforme previsto na Lei nº 11.101/2005.

7.1.5.9. Ausência de Sucessão de Passivos: O comprador da UPI Operacional Universidade não assumirá qualquer passivo ou responsabilidade da SOBEU. Em conformidade com a Lei nº 11.101/2005 e com base no artigo 60, a alienação da UPI será realizada livre de dívidas trabalhistas, fiscais ou de qualquer outra natureza, **inclusive através de manifestação expressa do Juízo da Recuperação Judicial que confirmará a exclusão de qualquer sucessão de passivos, em especial os de natureza fiscal e trabalhista.** O comprador será protegido de qualquer responsabilidade de sucessão, garantindo que os passivos anteriores da SOBEU permaneçam sob sua responsabilidade e não do adquirente.



7.1.5.10. Auto de arrematação: O Juízo da Recuperação Judicial lavrará o auto de arrematação em favor do(s) adquirente(s) da UPI Operacional Universidade, constituindo documento hábil para comprovar a aquisição judicial da unidade. A UPI Operacional Universidade será vendida livre e desembaraçada de quaisquer dívidas e obrigações.

7.1.5.11. Dívidas vinculadas a UPI Operacional Universidade: Todas as dívidas relacionadas à UPI, inclusive aquelas inerentes às suas operações, serão incluídas no Plano de Recuperação Judicial e tratadas de acordo com as disposições deste plano. Já as dívidas extraconcursais, não incluídas na Recuperação Judicial, serão renegociadas diretamente pela SOBEU, sem qualquer responsabilidade para o adquirente. No ato da expedição do auto de arrematação, serão efetuadas as transferências do patrimônio da UPI Operacional, abrangendo todos os ativos tangíveis e intangíveis que a compõem, para o(s) adquirente(s), isentando a SOBEU de qualquer responsabilidade pelas dívidas e obrigações constituídas posteriormente a data da arrematação e que forem de responsabilidade do arrematante.

7.1.5.12. CNPJ da SOBEU: O CNPJ da SOBEU não será transferido ao comprador. Apenas os ativos operacionais serão alienados, mantendo o CNPJ da SOBEU inalterado para gestão dos passivos e continuidade da Recuperação Judicial.

7.1.5.13. Trabalhadores e Sucessão Trabalhista: A transferência dos trabalhadores ligados ao Centro Universitário UBM para o novo adquirente será realizada da seguinte forma:

- Transferência Voluntária de Trabalhadores: Todos os empregados que atuam no Centro Universitário UBM e que desejarem permanecer com o novo adquirente terão seus contratos de trabalho transferidos para o novo CNPJ, garantindo a continuidade da relação de emprego.



- **Créditos Trabalhistas:** Os créditos devidos aos trabalhadores decorrentes de contratos anteriores à alienação, serão quitados nos termos do Plano de Recuperação Judicial da SOBEU, sem que o adquirente da UPI assuma qualquer sucessão ou responsabilidade por passivos trabalhistas anteriores.
- **Novo CNPJ do Adquirente:** A relação de emprego dos trabalhadores será transferida ao novo CNPJ do adquirente, livre de qualquer responsabilidade de sucessão de dívidas trabalhistas ou encargos anteriores.

7.1.5.14. **Condições de Pagamento:** O pagamento pela UPI poderá ser realizado de acordo com as seguintes opções:

- **Pagamento à Vista ou Parcelado:** O adquirente poderá optar pelo pagamento à vista ou apresentar proposta de pagamento parcelado, desde que seja aprovado pela Assembleia Geral de Credores e homologado pelo Juízo da Recuperação e, além disso, o fluxo de parcelas deverá levar em consideração os prazos estabelecidos neste Plano.
- **Compensação de *DIP Financing*:** Caso o financiador do *DIP Financing* opte por adquirir a UPI, o valor aportado no financiamento poderá ser utilizado como compensação parcial ou total do valor da compra.

7.1.5.15. **Garantias ao Comprador:** Para maximizar a atratividade e garantir a segurança jurídica ao comprador, a alienação da UPI será realizada com as seguintes garantias:

- **Livre de Ônus e Gravames:** A UPI será alienada livre de qualquer ônus, gravames ou passivos anteriores, conforme previsto no artigo 60 da Lei 11.101/2005, garantindo que o comprador não herde passivos fiscais, trabalhistas ou de qualquer outra natureza.



- **Transferência de Licenças e Autorizações:** As licenças educacionais e autorizações emitidas pelo MEC para as atividades da UBM, serão transferidas integralmente ao adquirente, permitindo a continuidade das atividades educacionais sem interrupção.
- **Acompanhamento Judicial:** O processo será supervisionado pelo Administrador Judicial e Ministério Público, bem como autorizado pelo Juízo da Recuperação, assegurando conformidade legal e transparência em todas as etapas.

7.1.5.16. **Destinação dos Recursos Provenientes da Venda da UPI Operacional:** A destinação dos recursos provenientes da alienação da UPI Operacional será realizada de forma a maximizar a recuperação dos credores da SOBEU, respeitando a ordem de prioridade e as condições estabelecidas neste Plano de Recuperação Judicial.

Alocação Prioritária dos Recursos: Os recursos provenientes da venda da UPI Operacional, estimados em valor mínimo de R\$ 30 milhões, serão destinados da seguinte forma, observando-se a ordem de prioridade abaixo:

- a) **Créditos Trabalhistas:** Um montante de R\$ 7 milhões ou o máximo de 23% e mínimo de 17,5% do valor obtido com a venda, à discricionariedade da Recuperanda, de acordo com a reestruturação da referida classe, será exclusivamente alocado para o pagamento dos créditos trabalhistas, com a quitação realizada de acordo com o cronograma de desembolso estabelecido neste Plano.
- b) **Créditos Quirografários e ME/EPP:** Um montante de R\$ 15 milhões ou o máximo de 45% e mínimo de 37% do valor obtido com a venda, à discricionariedade da Recuperanda, serão exclusivamente



reservados para o pagamento proporcional dos credores quirografários e das microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), observando os critérios de reestruturação de cada classe e grupo de credores definidos neste Plano.

- c) Excedente de Recursos: O excedente de recursos obtidos na alienação da UPI Operacional, após a alocação prevista nos itens anteriores, será utilizado conforme a seguinte ordem de prioridade:
- a) Pagamento de Créditos DIP; b) Cobertura de Despesas Correntes, classificadas como extraconcursais; c) Renegociação do Passivo Tributário.

A alocação de recursos será realizada de forma equitativa, buscando a maximização do pagamento aos credores, sempre em conformidade com as disposições legais e as condições estabelecidas neste Plano.

Os pagamentos aos credores serão realizados de acordo com o montante efetivamente obtido com a alienação da UPI Operacional e com as previsões de reestruturação dos créditos estabelecidas neste Plano, respeitando sempre o teto definido nesta Cláusula. Os créditos retardatários serão contemplados dentro do limite dos recursos obtidos pela venda da UPI, conforme a reestruturação prevista para sua respectiva classe.

Caso os recursos obtidos se esgotem, os créditos serão pagos por meio de rateios proporcionais, em montante compatível com o fluxo de caixa da SOBEU, visando garantir a continuidade das operações e a viabilidade da reestruturação financeira.

Transferência e Aplicação dos Recursos: A alocação dos recursos obtidos poderá ocorrer por meio de: a) Transferências financeiras diretas entre contas da Recuperanda ou de terceiros, conforme o meio mais eficiente e seguro para a operação, atendendo às condições fiscais e legais estabelecidas; b) Aplicação



direta dos recursos no pagamento das obrigações, conforme a prioridade estabelecida neste Plano, respeitando as condições específicas de cada crédito e a ordem de liquidação prevista.

Controle e Transparência na Destinação dos Recursos: A SOBEU compromete-se a manter um controle rigoroso e transparente sobre a destinação dos recursos, garantindo a prestação de contas de cada alocação realizada, observando os critérios de eficiência operacional, conformidade legal e transparência financeira, com relatórios periódicos ao Administrador Judicial e ao Juízo da Recuperação Judicial.

Prazos para Alocação dos Recursos A alocação dos recursos será realizada no menor prazo possível após o recebimento dos mesmos, respeitando os prazos máximos de liquidação previstos para cada classe, com o objetivo de proporcionar agilidade na distribuição dos recursos e na recuperação dos créditos, conforme estabelecido nas condições gerais deste Plano.

7.2. Medidas de longo prazo:

7.2.1. Reestruturação Organizacional: A reestruturação organizacional da SOBEU, **que já vem sendo implementada desde o final de 2022**, será mantida como definitiva. Essa reestruturação abrange uma reorganização ampla e eficaz dos processos internos, com o objetivo de otimizar as operações e reduzir custos operacionais. Isso inclui a reavaliação de contratos existentes, a racionalização do quadro de funcionários, e a modernização dos sistemas de gestão administrativa, buscando uma operação mais ágil e eficiente.

A atual estrutura organizacional da SOBEU está consolidada da seguinte maneira:

- **Reitoria:** Órgão central da administração, responsável pela coordenação de todas as atividades acadêmicas e administrativas. A



Reitoria supervisiona o cumprimento dos objetivos educacionais e a gestão geral da instituição, assegurando que as metas estabelecidas pelo Plano de Recuperação Judicial sejam alcançadas.

- **Gestão Financeira:** Sob a liderança de uma equipe externa, técnica e altamente qualificada, a área financeira da SOBEU vem implementando medidas rigorosas de corte de custos e otimização do fluxo de caixa, enquanto busca ativamente novas fontes de receita. A negociação com credores e a implementação de um controle financeiro rigoroso são essenciais para garantir que a SOBEU cumpra suas obrigações sem comprometer a continuidade de suas operações acadêmicas.
- **Mantenedores:** Embora os Mantenedores da SOBEU sejam formalmente os responsáveis pela instituição, conforme acordado com o Sindicato dos Professores do Sul Fluminense (SINPRO) e o Ministério Público do Trabalho, eles não exercem mais controle sobre as operações acadêmicas, administrativas ou financeiras. Desde o final de 2022, a gestão foi delegada integralmente a uma nova equipe de gestão terceirizada, que está à frente da implementação das medidas de reestruturação necessárias para a Recuperação Judicial. A presença dos mantenedores neste contexto é exclusivamente formal.

Essa estrutura tem sido vital para manter a SOBEU ativa e operante, garantindo que todos os setores da instituição estejam alinhados e operando com eficiência, mesmo diante dos desafios do processo de Recuperação Judicial. A manutenção dessa estrutura é fundamental para a sustentabilidade a longo prazo, independentemente da eventual criação e venda da UPI Operacional, que não afetará a continuidade das operações da SOBEU.



7.2.2. **Aumento de Receitas:** expandir suas fontes de receita através de diversas iniciativas, como a ampliação dos cursos na modalidade EAD, visando atender à crescente demanda por essa forma de ensino, além do estabelecimento de parcerias estratégicas com empresas e instituições de ensino, que permitirão o desenvolvimento de programas de formação específicos. Além disso, serão realizadas campanhas de marketing para atrair novos alunos, enfatizando a tradição e a qualidade da educação oferecida pela Instituição.

7.2.3. **Redução de Passivos:** negociação com seus credores para reestruturar suas dívidas correntes, buscando reduções significativas, através de descontos, ou alongamento dos prazos de pagamento.

7.2.4. **Gestão de Caixa:** rigorosa gestão de caixa, priorizando o pagamento de obrigações trabalhistas e renegociando prazos de pagamento com fornecedores, ao mesmo tempo em que busca novas linhas de crédito para garantir a continuidade de suas operações.

7.2.5. **Monitoramento Contínuo:** Para garantir o sucesso do Plano de Recuperação, a SOBEU implementará um sistema de monitoramento contínuo de indicadores-chave de performance (KPIs), como a taxa de matrícula, a retenção de alunos, e a relação custo-aluno, permitindo ajustes proativos e ágeis nas estratégias adotadas.

7.2.6. **Projeções Financeiras:** Projeções financeiras preliminares indicam que, com a implementação das medidas acima descritas, a SOBEU deverá alcançar a estabilidade financeira dentro dos próximos dois anos, com aumento gradual das receitas e redução das dívidas, conforme demonstram as projeções anexas.

7.2.7.



8. Reestruturação do passivo - Plano Detalhado de Pagamento

A SOBEU propõe um Plano Detalhado de Pagamento que visa equilibrar a necessidade de reestruturação financeira com o compromisso de satisfazer os créditos dos seus credores, como medida de reestruturação de médio e longo prazo. Este Plano abrange diferentes classes de credores, assegurando que cada grupo receba um tratamento justo e equitativo. A estratégia inclui a utilização de recursos provenientes do *DIP*, bem como da venda da Unidade Produtiva Isolada (UPI), que abrange as atividades de ensino superior. Além disso, o Plano dispõe sobre a implementação de medidas de eficiência financeira para garantir a sustentabilidade da Associação e melhora do fluxo de caixa. A prioridade será dada aos créditos trabalhistas e quirografários conforme estabelecido pela legislação vigente.

8.1. Créditos Trabalhistas:

8.1.1. Todos os credores com Créditos de natureza estritamente salarial, incluso o FGTS, receberão o valor correspondente a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), limitados ao seu crédito, se inferior ao mencionado valor, que serão pagos em até 90 (noventa) dias da Homologação do Plano, inclusive aqueles que sobrepujarem esse valor, abatendo-se do crédito total para efeitos de enquadramento em novos rateios.

8.1.2. A parcela dos Créditos salariais e os de outra natureza que não salarial que não se enquadrarem na situação apresentada na Cláusula 8.1.1. serão pagos da seguinte forma:

- a) Os credores que possuam crédito compreendido entre R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) receberão R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em até 90 (noventa) dias conforme previsto na Cláusula 8.1.1., e o saldo existente até o valor de R\$ 10.000,00 sofrerá um deságio de 20%, que será pago em até 12 (doze) meses da Homologação do Plano;



- b) Os credores que possuam crédito compreendido entre valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) receberão R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em até 90 (noventa) dias conforme previsto na Cláusula 8.1.1.; uma segunda parcela de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) com um deságio de 20% (vinte por cento), em até 12 (doze) meses da Homologação do Plano; e o saldo restante até o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) sofrerá um deságio de 40% (quarenta por cento) que será pago em até 18 (dezoito) meses da Homologação do Plano;
- c) Os credores que possuam crédito compreendido entre valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) receberão R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em até 90 (noventa) dias conforme previsto na Cláusula 8.1.1.; uma segunda parcela de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) com um deságio de 20% (vinte por cento), em até 12 (doze) meses da Homologação do Plano; uma terceira parcela de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) com um deságio de 40% (quarenta por cento) em até 18 (dezoito) meses da Homologação do Plano; e o saldo restante até o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) sofrerá um deságio de 60% (sessenta por cento) que será pago em até 24 (vinte e quatro) meses da Homologação do Plano;
- d) Os credores que possuam crédito compreendido entre valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e R\$ 999.000,00 (novecentos e noventa e nove mil reais) receberão R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em até 90 (noventa) dias conforme previsto na Cláusula 8.1.1.; uma segunda parcela de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) com um deságio de 20% (vinte por cento), em até 12 (doze) meses da Homologação do Plano; uma terceira parcela de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) com um deságio de 40% (quarenta por cento) em até 18 (dezoito) meses da Homologação do Plano; uma terceira parcela de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) com um deságio de 60% (sessenta por cento) em até 24 (vinte e quatro) meses da



Homologação do Plano e o saldo restante até o valor de R\$ 999.000,00 (novecentos e noventa e nove mil reais) sofrerá um deságio de 60% (sessenta por cento) que será pago em até 30 (trinta) meses da Homologação do Plano;

- e) Os credores que possuam crédito acima de R\$ 999.000,00 (novecentos e noventa e nove mil reais) receberão R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em até 90 (noventa) dias conforme previsto na Cláusula 8.1.1.; uma segunda parcela de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) com um deságio de 20% (vinte por cento), em até 12 (doze) meses da Homologação do Plano; uma terceira parcela de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) com um deságio de 40% (quarenta por cento) em até 18 (dezoito) meses da Homologação do Plano; uma quarta parcela de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) com um deságio de 60% (sessenta por cento) que será pago em até 24 (vinte e quatro) meses da Homologação do Plano e o restante do saldo sofrerá um deságio de 90% (noventa por cento) que será pago em até 30 (trinta) meses da Homologação do Plano.

O resumo das Cláusulas contidas acima se encontra na fórmula a seguir:

Crédito	Fórmula
Se $X < 5.000$	$X * 100\%$
Se $5.000 < X \leq 10.000$	$(5.000 * 100\%) + ((X - 5.000) * 80\%)$
Se $10.000 < X \leq 50.000$	$(5.000 * 100\%) + (5.000 * 80\%) + ((X - 10.000) * 60\%)$
Se $50.000 < X \leq 200.000$	$(5.000 * 100\%) + (5.000 * 80\%) + (5.000 * 60\%) + ((X - 50.000) * 40\%)$
Se $200.000 < X \leq 999.000$	$(5.000 * 100\%) + (5.000 * 80\%) + (5.000 * 60\%) + (5.000 * 40\%) + ((X - 200.000) * 20\%)$
Se $X > 999.000$	$(5.000 * 100\%) + (5.000 * 80\%) + (5.000 * 60\%) + (5.000 * 40\%) + (5.000 * 20\%) + ((X - 999.000) * 10\%)$

8.1.3. Os créditos que se encontram listados à relação de credores, objetos das Cláusulas 8.1.1 e 8.1.2 compreendem os valores devidos à título de FGTS, uma vez que possuem natureza estritamente salarial, todavia, o pagamento destes junto à Recuperação Judicial dependerá de aval expresso da Fazenda Nacional e seus representantes, à ser requerido em Proposta de Transação Fiscal individual, da qual o resultado será comunicado ao Juízo, sendo certo que



em caso de negativa, os créditos de FGTS serão subtraídos da atual relação de credores, sem prejuízo de que sejam pagos junto à Fazenda Nacional.

8.2. Créditos Quirografários e ME/EPP

8.2.1. Pagamento Fixo Inicial: Os credores das classes quirografários e ME/EPP receberão um pagamento inicial fixo de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), limitado ao valor dos créditos de cada credor, conforme a lista de credores consolidada pelo Administrador Judicial. Este pagamento estará sujeito às seguintes condições:

- a) Correção pela TR (Taxa Referencial) desde a data de aprovação do plano até o pagamento;
- b) O pagamento será efetuado em até 60 (sessenta) dias após a homologação judicial do Plano de Recuperação ou após a obtenção de liquidez suficiente para cobrir o montante previsto nesta Cláusula ou após a venda da UPI.

8.2.2. Credores com Créditos Excedentes: Os credores que possuem créditos excedentes ao valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) terão o saldo remanescente pago de acordo com uma das duas opções abaixo:

Opção A - Pagamento com Deságio de 70%

- a) O saldo remanescente do crédito será reduzido por um deságio de 70% (setenta por cento), com o credor recebendo o montante equivalente à vista.
- b) Este pagamento estará sujeito a uma carência de 2 (dois) anos, contados a partir da homologação do Plano de Recuperação Judicial.
- c) Durante o período de carência, o montante será atualizado pela TR (Taxa Referencial), sem incidência de juros compensatórios, sendo o pagamento efetuado em até 8 (oito) dias úteis após o término da



carência, conforme a disponibilidade de caixa da UPI (Unidade Produtiva Isolada), em operação plena.

Opção B - Pagamento com Deságio de 80%

- a) O saldo remanescente do crédito será reduzido por um deságio de 80% (oitenta por cento), com o valor residual sendo pago em até 18 (dezoito) parcelas mensais e sucessivas.
- b) A primeira parcela vencerá em até 60 (sessenta) dias após a homologação do plano ou 60 (sessenta) dias após a adesão do credor a esta opção, incluindo o envio dos dados bancários necessários.
- c) As parcelas serão corrigidas pela TR (Taxa Referencial) desde a homologação do Plano até o efetivo pagamento, sem incidência de juros compensatórios.
- d) A distribuição das parcelas será feita de forma proporcional aos créditos de cada credor, respeitando a ordem de adesão ao plano e a disponibilidade de recursos do devedor.

8.2.3. Condições Gerais de Pagamento: O pagamento dos valores estipulados nas Opções A dependerá da efetiva geração de caixa pela venda da UPI Operacional, devendo o Administrador Judicial monitorar a execução das obrigações, bem como apresentar relatórios trimestrais ao Juízo da Recuperação, detalhando a situação financeira da UPI e a viabilidade de cumprimento dos compromissos.

8.2.4. Todos os pagamentos previstos nesta Cláusula serão realizados mediante depósito bancário em conta indicada pelo credor, sendo que eventuais atrasos superiores a 15 (quinze) dias ensejarão a apresentação de justificativa formal ao Juízo da Recuperação. Qualquer descumprimento das obrigações financeiras previstas nesta Cláusula implicará a convocação de uma assembleia geral de credores para reavaliação do Plano de Recuperação, podendo resultar em sua modificação, caso aprovada por maioria das classes, conforme previsto na Lei nº 11.101/2005.



8.2.5. O credor que não manifestar opção expressa por uma das alternativas de pagamento no prazo de 30 (trinta) dias contados da homologação do plano será automaticamente incluído na Opção A. As disposições desta Cláusula são de natureza irrevogável e irretratável, devendo ser respeitadas por todas as partes envolvidas no processo de Recuperação Judicial, exceto em caso de modificação aprovada em assembleia geral de credores.

9. Outras Considerações de reestruturação de dívida:

9.1. Reajuste monetário: No período compreendido entre a Data do Pedido e a Homologação do Plano, os Créditos não sofrerão reajuste monetário (incidência de correção monetária e juros). No período entre a Homologação do Plano e o efetivo pagamento dos Créditos, o reajuste monetário seguirá a forma estabelecida nas respectivas cláusulas específicas das formas de pagamento.

9.2. Habilitação de Novos Créditos (créditos retardatários) ou Alteração de Créditos: Nas hipóteses de serem reconhecidos novos Créditos Concursais ou serem alterados Créditos Concursais já reconhecidos na Lista de Credores por decisão judicial ou acordo entre as partes, tais novos créditos ou o valor alterado de créditos já reconhecidos serão pagos na forma prevista neste Plano, iniciando-se os prazos e forma de pagamento previstos neste Plano a partir do trânsito em julgado da decisão judicial que determinar a inclusão de tais créditos na Lista de Credores. Para fins desta Cláusula, o credor deverá notificar a Recuperanda, na forma da Cláusula 11.4, para comunicar o trânsito em julgado da decisão judicial que houver reconhecido seu novo crédito ou a alteração do crédito já reconhecido.

9.3. Leilão Reverso: Sem prejuízo dos demais termos e condições previstos neste Plano, fica facultado à Recuperanda, a qualquer momento após a Homologação Judicial do PRJ, a seu exclusivo critério, independentemente de prévia autorização do Juízo da Recuperação Judicial ou dos Credores, promover



uma ou mais rodadas de pagamento antecipado das parcelas em dinheiro devidas aos Credores que oferecerem maior desconto para pagamento.

9.3.1. As condições específicas para participação em cada Leilão Reverso, as regras, o percentual mínimo de desconto a ser considerado e o valor máximo dos respectivos Créditos a serem pagos pela Recuperanda, inclusive eventuais restrições, serão detalhadas, pela Recuperanda, em edital a ser amplamente divulgado aos Credores.

9.4. Novação: Todos os Créditos Concursais serão novados por este Plano e serão pagos na forma por ele estabelecida, na forma do art. 59 da Lei nº 11.101/2005. Mediante a referida novação, todas as obrigações, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com as condições deste Plano deixarão de ser aplicáveis, incluídas as garantias pessoais prestadas por terceiros, tal como previsto pelo art. 49, § 2º da Lei nº 11.101/2005, uma vez que os contratos anteriores serão extintos de pleno direito.

9.5. Créditos Ilíquidos: Todos os Créditos que sejam decorrentes de obrigações oriundas de relações jurídicas firmadas anteriormente à Data do Pedido, que sejam ou não objeto de disputa judicial ou procedimento arbitral em andamento, também são novados por este Plano, estando integralmente sujeitos aos efeitos deste Plano e da Recuperação Judicial, nos termos do artigo 49 da Lei nº 11.101/2005, de forma que, se aplicável, o saldo credor a ser liquidado estará sujeito aos valores, prazos, termos e condições previstos no Plano.

9.5.1. Na hipótese de serem reconhecidos ou majorados Créditos Trabalhistas, por decisão judicial ou acordo entre as partes, os referidos valores Créditos Trabalhistas, estes serão pagos, nos termos das cláusulas anteriores, na hipótese do plano já homologado pelo Juízo da Recuperação, em até 6 (seis) meses contados do recebimento, pela Recuperanda, de comunicação, enviada pelo Credor Trabalhista detentor do Crédito Trabalhista reconhecido ou



majorado, com a documentação necessária para demonstrar o trânsito em julgado da decisão judicial que reconhecer ou majorar o Crédito Trabalhista.

9.6. Meios de Pagamento: Os pagamentos em dinheiro aos Credores nos termos deste Plano serão feitos por meio da transferência direta de recursos à conta bancária do respectivo Credor, por meio de transferência eletrônica disponível (TED) ou pagamento instantâneo (PIX). O comprovante de compensação bancária do valor creditado a cada Credor servirá de prova de quitação do respectivo pagamento e deverá ser disponibilizado ao Administrador Judicial no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data do pagamento, durante o período de fiscalização.

9.6.1. Para a realização dos pagamentos em dinheiro previstos neste Plano, os Credores devem informar à Recuperanda suas respectivas contas bancárias para esse fim, mediante comunicação por escrito endereçada à Recuperanda, nos termos da Cláusula 11.4. Os pagamentos que não forem realizados em razão de os Credores não terem informado suas contas bancárias em até 48 (quarenta e oito) horas da data de pagamento ou que contenham inconsistência nos dados bancários não serão considerados como um evento de descumprimento do Plano. Neste caso, a critério da Recuperanda, os pagamentos devidos aos Credores que não tiverem informado suas contas bancárias poderão ser realizados no Juízo da Recuperação.

9.6.2. Constitui obrigação exclusiva da Recuperanda providenciar as transferências bancárias a todos os credores que tiverem indicado correta e tempestivamente seus dados bancários.

9.6.3. A Recuperanda será exclusivamente responsável pela declaração e pagamento de eventuais taxas bancárias relacionadas e/ou incidentes sobre os pagamentos acima descritos.



9.6.4. A Recuperanda poderá, exclusivamente a seu critério, realizar a compensação entre Créditos Concurais e outros créditos que detenham contra os respectivos Credores Concurais até o valor dos referidos créditos, ficando eventual saldo remanescente sujeito às disposições deste Plano. A negativa à realização da compensação não implica a renúncia ou a quitação por parte da Recuperanda de quaisquer Créditos que possam ter face aos Credores Concurais.

9.7. Restruturação da Empresas e Prognóstico de Funcionamento: O presente Plano de Recuperação Judicial tem como objetivo último a preservação da atividade desenvolvida pela Recuperanda após a restruturação aqui proposta. Busca-se, portanto, após a devida reorganização financeira, que a SOBEU possa reafirmar a sua solidez no mercado.

10. Efeitos do Plano:

10.1. Vinculação do Plano: As disposições do Plano vinculam a SOBEU, os Credores e os seus respectivos cessionários e sucessores, a partir da Homologação do Plano.

10.2. Liberação das Garantias: A novação dos créditos decorrente da Homologação do Plano gerará a liberação de todas as garantias, inclusive, dos avais prestados por pessoas jurídicas ou físicas.

10.3. Extinção de Ações: Os Credores não mais poderão, a partir da Homologação do Plano, (i) ajuizar ou prosseguir com toda e qualquer ação judicial ou processo de qualquer tipo relacionado ou não a qualquer Crédito que esteja sujeito ao Plano contra a SOBEU; (ii) executar qualquer sentença ou decisão judicial contra a SOBEU; (iii) penhorar ou manter penhorado quaisquer bens (incluindo dinheiro) da SOBEU para satisfazer seus Créditos; (iv) criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real sobre bens e direitos da SOBEU para assegurar o pagamento de seus Créditos; (v) reclamar qualquer direito de



compensação contra qualquer crédito devido à SOBEU; e (vi) buscar a satisfação de seus Créditos por quaisquer outros meios. Todas as ações e execuções judiciais em curso contra a Recuperanda relativas aos Créditos serão extintas e as penhoras e constrições existentes serão liberadas.

10.4. Quitação: O cumprimento das obrigações assumidas pela SOBEU neste Plano acarretará, automaticamente e independentemente de qualquer formalidade adicional, a quitação plena, irrevogável e irretratável, de todos os Créditos contra a Recuperanda, inclusive juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações. Com a ocorrência da quitação, os Credores serão considerados como tendo liberado e/ou renunciado todos e quaisquer Créditos, e não mais poderão reclamá-los, contra a Recuperanda, seus diretores, sócios, funcionários, representantes, sucessores e cessionários.

10.5. Modificação do Plano: Aditamentos, alterações ou modificações ao Plano podem ser propostas a qualquer tempo após a Homologação do Plano. Qualquer modificação necessária devido a alterações no cenário econômico, financeiro ou regulatório poderá ser feita de forma simplificada, desde que aprovada por maioria simples dos credores presentes em Assembleia. Isso permitirá que o plano se mantenha adaptável e eficiente, mesmo em circunstâncias imprevistas. Tais aditamentos, alterações ou modificações sejam submetidas à votação na Assembleia de Credores, devem ser aprovados previamente pela Recuperanda e que seja atingido o quórum requerido pelos artigos 45 e 58, caput e 1º, da Lei nº 11.101/2005.

10.5.1. Efeito Vinculativo das Modificações do Plano: Os aditamentos, alterações ou modificações ao Plano vincularão a Recuperanda e seus Credores e os Credores dissidentes, e seus respectivos cessionários e sucessores, a partir de sua aprovação pela Assembleia de Credores, na forma dos artigos 45 ou 58 da Lei nº 11.101/2005.



11. Disposições Finais:

11.1. Contratos Existentes e Conflitos: Na hipótese de conflito entre as disposições deste Plano e as obrigações previstas nos contratos celebrados com qualquer Credor anteriormente à Data do Pedido, este Plano prevalecerá.

11.2. Anexos: Todos os Anexos deste Plano e de eventuais aditivos são a ele incorporados e constituem parte integrante do Plano. Na hipótese de haver qualquer inconsistência entre este Plano e qualquer Anexo, o Plano prevalecerá.

11.3. Encerramento da Recuperação Judicial: O processo de Recuperação Judicial poderá ser encerrado quando todas as obrigações do Plano que vençam em até 2 (dois) anos após a Homologação do Plano forem cumpridas.

11.4. Comunicações: Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações à SOBEU, requeridas ou permitidas por este Plano, para serem eficazes, devem ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas quando enviadas por correspondência registrada, com aviso de recebimento, ou por *courier*, e efetivamente entregues, podendo ser encaminhada, também, pelo endereço eletrônico constante abaixo. Todas as comunicações devem ser endereçadas da seguinte forma ou de outra forma que for informada pela Recuperanda, nos autos do processo de Recuperação Judicial:

- Rua Ver. Pinho de Carvalho, nº 267 (Entrada) Rua José Maria da Cruz Centro - Barra Mansa / RJ.
- Endereço eletrônico recuperacao.judicial@sobeu.edu.br.

11.5. Data do Pagamento: Na hipótese de qualquer pagamento ou obrigação prevista no Plano estar prevista para ser realizada ou satisfeita em um dia que não seja um Dia Útil, o referido pagamento ou obrigação poderá ser realizado ou satisfeita, conforme o caso, no primeiro Dia Útil seguinte.



11.6. Descumprimento do Plano: Em caso de mora por motivo injustificável, deverá ser requerida a convocação de uma Assembleia de Credores com a finalidade de deliberar junto aos Credores Concursais sobre a medida mais adequada para sanar o descumprimento do Plano, sendo que tal pedido poderá ser formulado ao Juízo da Recuperação por qualquer parte interessada, na forma da Lei de Falências. Para fins desta Cláusula, haverá mora caso as Recuperandas descumpram alguma disposição deste Plano e não sanem tal descumprimento no prazo de até 30 (trinta) dias.

11.7. Divisibilidade das Previsões do Plano: Na hipótese de qualquer termo ou disposição do Plano ser considerada inválida, nula ou ineficaz pelo Juízo da Recuperação, o restante dos termos e disposições do Plano devem permanecer válidos e eficazes.

11.8. Lei Aplicável: Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste Plano deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil.

11.9. Eleição de Foro: Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas a este Plano ou aos ativos da SOBREU serão resolvidas pelo Juízo da Recuperação, até o encerramento do processo de Recuperação Judicial. Após o encerramento do processo de Recuperação Judicial, as controvérsias ou disputas oriundas deste Plano serão resolvidas perante o foro da Comarca de Barra Mansa - RJ.

11.10. Suspensão dos Prazos de Pagamento: Os prazos para os pagamentos previstos neste Plano ficarão automaticamente suspensos caso ocorram atrasos nos trâmites relacionados à alienação da UPI Operacional. A suspensão dos prazos não será considerada como descumprimento do Plano, uma vez que os pagamentos estão estritamente vinculados à disponibilidade dos recursos advindos da venda da UPI. Assim, a SOBREU somente será obrigada a



efetuar os pagamentos conforme o efetivo ingresso dos recursos, respeitando os limites e as condições estabelecidas neste Plano de Recuperação Judicial.

11.11. Conta Escrow para Destinação dos Recursos: Os recursos obtidos com a alienação da UPI Operacional Universidade poderão ser integralmente depositados em uma Conta *Escrow* especificamente constituída para esse fim. Os valores depositados na referida conta somente poderão ser utilizados para as finalidades estabelecidas neste Plano de Recuperação Judicial, garantindo a transparência e a segurança na destinação dos recursos. O levantamento de quaisquer montantes da Conta *Escrow* estará condicionado à prévia autorização do Juízo da Recuperação Judicial, com base nas disposições deste Plano.

12. Conclusão:

A SOBEU acredita que, com a implementação das medidas propostas neste Plano de Recuperação Judicial, será possível superar a crise atual e retomar a estabilidade financeira, garantindo a continuidade de suas atividades e o cumprimento de seus objetivos sociais.

O Plano é firmado pelos representantes legais devidamente constituídos da Recuperanda. Os Laudos econômico-financeiro e de avaliação do imóvel seguem anexos a este Plano.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 2024.

VICTOR GOULART DE CARVALHO

OAB/RJ Nº.: 223.505

VICTOR IZIDRO MARTINS B. XAVIER

OAB/RJ nº.: 242.596

